

ASSIM SE PASSARAM DEZ ANOS (A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL. 1978-1988).

Ruy Moreira*
Para João "Fiinho" de Castro

A renovação de uma ciência está em linha de relação direta com a consciência que têm os seus intelectuais das questões que a história a ela está pondo, colocando-a em crise.

Nem sempre a renovação começa pelo mapeamento com que estes intelectuais, localizando, arrolando e identificando tais questões, se lancem conscientes e objetivamente ao seu enfrentamento. Isto é fundamental na medida que a condição de possibilidade de real transformação é a consciência das questões que estão postas.

A leitura minuciosa dos trabalhos teóricos produzidos no percurso desses dez anos de renovação, de que 1978, certamente, é o ano de referência, leva a indagarmos se sempre se soube a coisa posta, sempre esteve claro de que questão se está falando e da pertinência da fala. A impressão mais forte que emana dessas leituras é a de uma intelectualidade sem noção clara da lista dos problemas que enfrenta e, sobretudo, em face do que se tornaram uma questão. Assim, o problema da dicotomia homem-meio, para exemplificar com o tema mais ubíquo, que questão, exatamente, é e coloca? Idem o problema teórico da região, e tantos outros. Descontextualizados de um mapeamento elucidativo, fluidos quanto a centrações que balizem e articulem num nexu estrutural seus discursos, tais textos patinam, mais lembram navios à deriva que baterias de fogo concentrado sobre alvos definidos.

* Professor de Geografia da Universidade Federal Fluminense

Quais as res-postas, isto é, as questões colocadas e as respostas dadas, que tais textos materializam, tal é a matéria deste balanço preliminar, crítico e auto-crítico, desse primeiro decênio de renovação¹.

I - A QUASE REDESCOBERTA DA GEOGRAFIA

Quando, em 1978, os geógrafos brasileiros se reúnem em Fortaleza no 3º Encontro Nacional, da AGB, a geografia brasileira vive em estado de ebulição. Nos vários cantos do país, florescem movimentos de crítica e renovação, espontâneos e sem hegemonia nacional, difuso portanto. O conhecimento recíproco leva à conscientização daquela concomitância de descontentamento que precipita e sendo de crise de uma ciência, que, pelos textos de Lacoste², sabíamos ser mundial, promovendo, assim, a descoberta dos motivos e propiciando a aglutinação das idéias.

Esta ebulição difusa e o encontro de idéias que então se dá é um tema que até agora não mereceu um estudo analítico e mais sistemático, estando ainda os registros dispersos aqui e ali nos prefácios e apresentações das revistas, Anais ou coletâneas publicados em diferentes momentos.

Tais registros indicam uma progressão do movimento de renovação desdobrada em dois momentos distintos: num primeiro, aquele do impulso imediato do 3º ENG, desenvolve-se um mergulho crítico às raízes do discurso geográfico que indaga sobre seu sentido e significado ("o que é, para que e a quem serve a Geografia"³); num segundo, que se pode situar pela segunda metade da década de 80, o movimento de renovação perde o ímpeto e tende à atrofia. No primeiro, a Geografia tende a "redescobrir-se"; no segundo, a opacificar-se. O primeiro, é um momento combativo; o segundo, da tendência a tornar-se a nova oficialidade⁴.

Vejam os nesta seção as fontes que fundamentam o primeiro momento e na seguinte o rol das questões esmiuçadas e seu modo geral de encaminhamento onde se contém os elementos da atrofia.

1. O PAPEL INICIAL DE LACOSTE E DE LEFEBVRE

A publicação do texto "A Geografia" de Yves Lacoste e a difusão das obras de Lefebvre sobre espaço e urbanismo são a lenha que queima na ebulição em crescendo desde a primeira metade dos anos 70 entre os geógrafos do Rio de Janeiro⁵.

Antecipando o livro "A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra", de 1977 (a edição francesa é de 1976), o texto-ensaio "A Geografia", de 1974 (a edição francesa é de 1973), de Lacoste, explode no ambiente carioca como um petardo. Lacoste era já conhecido por seus trabalhos dos anos cinquenta-sessenta⁶, amplamente utilizados, junto aos de Pierre George a cujo grupo vêm associados, nas escolas secundárias e marginalmente universitárias. Menosprezada pela Universidade, pode-se a despeito disto dizer que a Geografia desta década é a george-lacosteana. Basta uma consulta aos livros didáticos e apostilas de cursinhos para atestarmos este fato de que é a que chega à sociedade ampla e a que está na mentalidade do alunado universitário e do professorado secundário de Geografia⁷. Pode-se, por isto mesmo, calcular o enorme interesse e reboliço que então o texto de 1974 e o livro de 1977 provocam⁸.

O que mais chama atenção no texto de 1974, de Lacoste, à parte sua fina ironia, é que faz desfilar o rol das questões centrais postas à renovação da Geografia: a crise teórica (a questão epistemológica), a dicotomia homem-meio (a questão da falência do "projeto unitário"), a farsa da neutralidade-ingenuidade (a questão política), a indigência discursiva (a questão teórico-metodológica), a guetização (a questão filosófica), o comprometimento da "geografia do professor" (a questão ideológica), o valor militar-militante do mapa (a questão instrumental da práxis), etc. No livro de 1977, o que é uma chamada contundente de problemática se transforma em proposições, de que a tese da espacialidade diferencial é o arremate fundamental, culminância de uma análise que localiza na centração do discurso na categoria da região, "um poderoso conceito-obstáculo", a fonte da curta autonomia de voo da teoria e do método geográficos⁹.

Assim, nada podia contrastar mais com a estreiteza da Geografia vigente, denunciar o envolvimento da "Geografia Quantitativa" com a guerra americana no Vietnã e chocar nossa consciência de professores e estudantes engajados alertando-nos para o caráter contraditório entre nossa prática política geral de esquerda e este veículo discursivo particular conservador que é a "geografia do professor".

O incrível de tudo isto é o destino de "A Geografia". É matéria de mistério que a trajetória deste texto de extraordinária clarificação cartográfica dos nossos problemas e questões centrais tenhamos reduzido ao plano restrito de texto de agitação. Sendo mais claro: que o que é no fundo um verdadeiro programa de ruptura não tenha sido assim entendido¹⁰.

O estilo irônico de Lacoste cruza-se nesta conjuntura com o tom mais seco de Lefebvre. De fundamental importância é o livro "A Re-Produção da Relações de Produção" (na verdade, a primeira parte de "La Survie Du Capitalismo", obra de 1973), edição portuguesa de 1973, da Publicações Escorpião¹¹, e ainda seus trabalhos sobre a cidade. Com lucidez notável, Lefebvre expõe os fundamentos de uma compreensão marxista do espaço e da cidade, abrindo-nos para a crítica amadurecida seja do discurso pierregeorgeano (funcionalista, inspirado nas concepções historicistas lineares de F. Perroux) e seja do geometrismo tesorético-quantitativo (inteiramente neo-positivista)¹², os discursos então vigentes.

2. AS REVISTAS DE GEOGRAFIA

Em todo processo de rupturas, a ação dos grandes corpos de batalha, os "exércitos clássicos" que são os livros, necessita do trabalho leve dos pequenos e ágeis corpos de /guerrilhas" que são as revistas. Através delas, entram na tessitura da trama a informação e a polêmica que fermentam o debate.

As revistas Antipode, Hérodote, Boletim Paulista de Geografia, território Livre, Contexto, Temas, Encontros Com a Civilização, Vozes, surgem povoando e realimentando o circuito das discussões¹³.

São elas as caixas de ressonância que fazem circular os temas em voga, transbordando até mesmo as fronteiras acadêmicas. É através delas que em geral se toma o primeiro conhecimento do que se está debatendo, cumprindo este papel de mobilizar ampliadamente, agitar as discussões, reciclar o vocabulário que compõe a nova fronteira, ecoar a novidade.

3. O LIVRO DE MILTON E A DESCOBERTA DA HISTORICIDADE DO ESPAÇO

Quando em 1978 lança seu "Por uma Geografia Nova", Milton Santos traz para o movimento em curso o que lhe falta: uma base teórica sistemática.

Como que num repente, descobre-se a pólvora: a **historicidade do espaço**. Ao longo de suas páginas verifica-se que o espaço é o produto da história. Com ele, a historicidade do espaço entra em cena na Geografia, e isto tem um impacto extraordinário. Se o espaço tem natureza histórica, seu modo de entender muda de todo. Mais que isto: se é ele o objeto da Geografia, então também nela tudo muda de todo, uma vez que nela tudo é historicidade.

O impacto desta presença de Milton deve-se precisamente a este fato de trazer o debate em curso para dentro da Geografia. Lançando à luz a evidência da historicidade do espaço, não se limita à apresentação de uma tese, mas sobre a base dela faz a exposição de completa releitura do arcabouço teórico da Geografia. E isto com extraordinária força e clareza.

Mas a rápida assimilação das idéias de Milton se deve ao fato de já então a questão da historicidade encontrar-se no ar, fora e dentro do universo dos geógrafos. Os pensamentos estruturalista e neo-positivista, anti-históricos, hegemonomizam o meio intelectual universitário ao longo das décadas de sessenta e setenta, dominando as páginas das revistas e teses universitárias. No correr dos anos setenta esta hegemonia entra em crise. É que no justo momento em que proclamam a morte da história com todas as pompas universitárias, esta aparece em cena cobrando seus dividendos. Do "maio de 68" à debandada americana do Vietnã e à "crise do petróleo" precipita-se o

capitalismo em crise, forçando à intelectualidade a "redescoberta" da história.

A Geografia descobre a historicidade do espaço neste momento de redescoberta geral da história. A crítica da morte da história nela floresce por meio da crítica à roupagem doméstica do neo-positivismo, a "Geografia Teórica e Quantitativa" ("New Geography"). Aqui, a morte da história dá-se na forma da redução do espaço em mera geometria de pontos e linhas, despojando-o de qualquer conteúdo. É assim, que neste formalismo absoluto fala-se de pontos querendo-se falar de cidades e de linhas querendo-se falar de rede de transportes. Mas o que é a cidade e o que é a rede de transportes quanto ao que exprimem na trama da história, e enquanto formas de realização da história, disto nem se cogita¹⁴.

A crítica na Geografia começa, assim, pela crítica da morte do conteúdo embutida no formalismo geométrico. Daí, salta para a crítica da morte da historicidade do espaço. Todavia, este é um processo que mantém-se implícito e vago até o livro de Milton. É que o que parece evidente no geral precisa de um certo toque de genialidade na particularização. E foi isto o livro de Milton, o toque certo de genialidade.

4. A "DESCOBERTA" DE MARX

A renovação da Geografia dá seu primeiro salto de qualidade, um segundo está a caminho. E seu solo é o caldo de cultura marcado pela reintrodução do marxismo, em face do materialismo histórico, no debate intelectual. A temática do marxismo e a da renovação cruzam-se aqui e ali, formando-se em consequência uma idéia generalizada de que o marxismo é a nova base filosófica e político-ideológica da Geografia renovada. Idéia generalizada, porém falsa: poucos conhecem Marx.

O fato é que os geógrafos "descobrem" Marx, um autor de idéias amaldiçoadas em toda longa história do pensamento geográfico. Por um lado porque a noção da concretude histórica dos fenômenos é uma concepção de mundo essencialmente marxista, por outro porque este embutimento entre historicidade do espaço e marxismo é o tema privilegiado da revistas que assumem

a primazia da circulação das novas idéias. Por seu intermédio, chegam aos geógrafos os ecos do vai-vém de crítica e auto-crítica que fermenta no ambiente do marxismo, envolvendo o estrutural-marxismo de Althusser, a teoria gramsciana de Estado, o eurocomunismo, em suma as componentes da desestalinização.

Se todavia um inédito processo de refundição da Geografia corre por dentro da renovação, esta com ele não se confunde. O que há é um movimento impulsionado pelo descontentamento com o discurso geográfico vigente, que a defecção do teórico-quantitativismo só faz precipitar. Ao identificar-se os críticos marxistas ou que empregam as categorias do marxismo de início mais que os demais críticos com o diagnóstico e proposições de duperação da crise, são eles que naturalmente aparecem encarnando a renovação. Todavia, tal identificação é só aparência. Superficializa-se a vertente marxista e o próprio processo da renovação ao fundir-se um movimento de muitos entrecruzamentos.

5. QUAINI, HISTÓRIA E NATUREZA EM "MARXISMO E GEOGRAFIA"

Respirando o ar de um período marcado pelo debate interno do marxismo e a crítica deste aos coveiros estruturalistas e neo-positivistas da história, a renovação da Geografia nasce falando a linguagem marxista de Lefebvre, Althusser e Gramsci (a que entre nós irá acrescentar-se Lukács, introduzido à reflexão geográfica pelos trabalhos de Armando Correa da Silva¹⁵).

Paradoxalmente, entretanto, o texto efetivamente de cunho marxista que então vem a lume, "Marxismo e Geografia", de Massimo Quaini, publicado em 1979 pela Editora Paz e Terra, nenhuma atenção maior recebe, até mesmo de parte dos marxistas. Igual desatenção terá "A Construção da Geografia Humana", publicado quatro anos após (em 1983) pela mesma editora, no qual, utilizando material recolhido para a escrita do primeiro, Quaini tece a mais estimulante releitura da trajetória histórica do pensamento geográfico, repondo suas origens modernas no

Iluminismo. Em Kant, pois, e não em Humboldt-Ritter¹⁶.

A importância do livro de Quaini é que aponta para a renovação da Geografia o seu segundo salto: se o papel de "Por Uma Geografia Nova" é o da descoberta da historicidade do espaço, o de "Marxismo e Geografia" é o da explicitação desta como historicidade da natureza e naturalidade da história. Mais, se no livro de Milton somos despertados para a relação sociedade-espaço, em que cada sociedade tem e se organiza através do seu espaço próprio, no de Quaini temos elucidado como é esta relação no quadro histórico-concreto do capitalismo, no qual a historicidade do espaço começa na desterritorialização do campesinato pelo processo da acumulação primitiva do capital, passo através do qual acabará dando o salto das "sociedades naturais" para as "sociedades históricas". Com Quaini a renovação entra no tema da alienação do trabalho, já desvelada por Milton em sua teorização do fetichismo do espaço, mas agora levada para o cerne de sua genealogia: a luta de classes.

6. A RUPTURA QUE NÃO HOUE

De "A Geografia" (Lacoste, 1974) a "Marxismo e Geografia" (Quaini, 1979), passando por "A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra" (Lacoste, 1977) e "Por Uma Geografia Nova" (Milton, 1978), abarcando o período nuclear de 1974-1979, a renovação da geografia brasileira viu ser lançada sua bibliografia básica, reunindo o essencial das novas idéias.

Lida nesta sequência temporal, desenha-se uma linha de progressiva radicalidade apontando a direção da renovação: a ruptura. Do "projeto unitário" de Lacoste e o "fetiche do espaço" de Milton à alienação do trabalho de Quaini, sugere-se, ao reverso, o trajeto com que Marx do "manuscrito de 1844" a "O Capital" funda a radicalidade do materialismo histórico. Não por acaso, o "Grundrisse", elo desse trajeto, é a base do livro de Quaini.

Todavia, se a descoberta da historicidade do espaço tende a encontrar sua explicitação na socialização da natureza e naturalização da história

pelo trabalho, traçando a bibliografia a linha da ruptura, tal não é o que ocorreu. Há, na linha de progressão um corte de continuidade. O fato é que a renovação não se desdobrará na direção claramente apontada pela própria sequência bibliográfica que a reflexão faz ir brotando na época. A linha de continuidade rompe-se no ponto que deveria ser o da ruptura, paralizzando-se no percurso da radicalidade: o da passagem da temática de "Por Uma Geografia Nova" para a do "Marxismo e Geografia". A linha do mergulho não esticou-se ao fundo mais profundo do materialismo histórico. Partiu-se a meio caminho e desviou-se por um atalho: o da "Geografia Crítica", no fundo uma restrição de caminhos.

Faliu, assim, o "projeto unitário". Por que? Que determinações nisto atuaram?

II - AS RES-POSTAS

Uma análise das formulações dadas ao que se considerou serem as questões postas pela crise nos ajudará a responder a esta indagação, permitindo-nos levantar os pontos de um balanço de crítica e auto-crítica do processo da renovação de modo mais seguro e projetivo.

1. A CRÍTICA IDEOLÓGICA

O primeiro momento assumido pela renovação foi o da crítica ideológica. A reação espontânea é a da denúncia do oficialismo histórico, por perceber-se ser esta ligação a fonte da crise. É a fase da crítica lacosteana resumida em "A Geografia": denúncia da "geografia do professor" (o discurso comprometido sob a face do "saber neutro, inútil, ingênuo e desinteressado" que lida com a "paisagem-espetáculo") e da "geografia dos estados-maiores" (o "saber estratégico" circunscrito a poucas mãos que lida com o espaço - daí o mapa - como arma de construção de hegemonias desses poucos sobre todos). Portanto, crítica ideológica que já nasce com cara de crítica política ("a geografia o que é, para que e para quem

serve"): a "geografia do Estado" (praticada pelos organismos militares e do grande capital), de Lacoste, e a "geografia oficial" (praticada pelos departamentos universitários e de planejamento estatal), de Milton¹⁷.

Todavia, o que seria um primeiro momento lógico de crítica, com o tempo mostra-se o momento único. O mergulho mais profundo, até à crítica dos fundamentos filosóficos de sua construção epistêmica, este ficou parado na soleira. A crítica da Geografia começa por jogar-se na denúncia ético-finalista de um saber posto secularmente a serviço do poder e dos poderosos, e aqui se retém. Para adiante, anda apenas mais um passo. Retendo-se na mera denúncia, a criticidade esgota-se no vazio criado pela própria modernização a que empurra o oposto. Assim, o caminho seguinte ao de toda "desmontagem" de tramas, se com isto se quer atingir a remontagem, o da crítica teórico-metodológica, ficou interceptado pelo próprio produto da crítica: cedo, até os críticos assimilam-se na teia da modernização que ilude a ruptura.

Desse modo, a despeito mesmo da clareza que toda "guerra" ideológica introduz, de nada adiantou a advertência de Lacoste de que "O problema ideológico parece estar no cerne do problema epistemológico da Geografia", alertando para a necessidade do enfrentamento simultâneo de ambas frentes, ou de Milton de que "Sempre, e ainda hoje, se discute muito mais sobre a geografia do que sobre o espaço, que é o objeto da ciência geográfica", reclamando a centralização dos esforços da crítica na investigação teórico-prática do real, proclamando que "Nossa ambição é fornecer, ao mesmo tempo, a explicação da realidade espacial e os instrumentos para sua análise. Acreditamos que uma teoria que não gera, ao mesmo tempo, a sua própria epistemologia, é inútil porque não é operacional, do mesmo modo que uma epistemologia que não seja baseada numa teoria maléfica, porque oferece instrumentos de análise que desconhecem ou deformam a realidade".

Ficou a crítica, assim, pulando sobre uma perna só: a perna institucional.

2. O SUJEITO

Não se pode dizer que assim tenha ocorrido por inexistir a matéria-prima do mergulho. Toda a segunda metade de "Por Uma Geografia Nova", a partir do capítulo X, é muito mais que matéria-prima. E o que dizer da tese da especialidade diferencial de "A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra"?

A razão é que a radicalidade mais funda da historicidade do espaço é impossível fora do reencontro do espaço com seu sujeito histórico.

Se há uma razão de classe nas atitudes (e nos "esquecimentos"), como é próprio numa sociedade regida pelo entrecchoque de classes, talvez isto explique porque a descoberta da historicidade do espaço pela renovação da Geografia não tenha vindo acompanhada da descoberta do sujeito. Como não pode haver história sem sujeito, a renovação dele começa falando, porém elipticamente: na forma de uma redução da crítica ideológica ao combate a pessoas e suas instituições. Demolido o arcabouço ideológico-institucional dessa "geografia do poder", retirado o chão debaixo dos pés do mandarinato, submetido o oficialismo a um bombardeio de fundo ético-finalista, que então se teve? Novo oficialismo.

Descobre-se a historicidade do espaço, o fio da História entretanto permanecerá ignorado. O geógrafo descobre a História sem descobrir-lhe o fundamento mais simples. É possível falar da historicidade sem falar do sujeito do processo? A Geografia renovada diz que sim, e fornece a fórmula: basta que se fale da História mantendo seu sujeito "oculto por elipse".

A ironia disto é que o que era crítica ao positivismo converte-se no seu reforço. Nunca se falou tanto em classes sociais e poder de classe na Geografia, mas nunca o espaço foi tanto ele mesmo sujeito: nesta Geografia renovada é sempre o espaço quem "organiza", "determina" e "controla" a direção da história. A crítica do geometrismo parece ter desaguado no espacismo.

É esta necessidade de falar-se da historicidade do espaço, sem ter-se, desejar-se ou

poder-se falar do seu sujeito o que explica ter o debate da renovação prendido-se à indagação infundável do objeto. Ora, o objeto só é objeto perante e dentro da referência recíproca. Como e no interior do par, portanto. De outro modo, ter-se-á o absurdo de o objeto ser ele mesmo e o sujeito, o que significa a morte do sujeito e a deformação do objeto. Ora, é isto a alienação.

Eis o núcleo da impasse a que a renovação chega, interrompendo o caminho da ruptura.

E, no entanto, uma cuidadosa leitura dos clássicos, se atenta à luz dessa dialética, não faria mais que pôr à transparência o que eles só puderam intuir: tudo na Geografia só se clarifica quanto posto a mover-se no campo da relação sujeito-objeto. O que é a relação homem-meio senão a relação homem-mundo, forma especiosa de dizer-se relação sujeito-objeto? O que dizer da relação visível-invisível da reflexão pierrogeorgeana sobre o método? E o que dizer do significado de a categoria da cultura ocupar lugar tão permanente no discurso da relação homem-meio: não é a relação sujeito-objeto posto como cerne do equívoco debate possibilismo versus determinismo? O que isto pode querer estar revelando não é mais que o ato de a cultura (a subjetividade humana no ato da construção) vir e aflorar à pele do **corpo geográfico** (o espaço) para sacudir os geógrafos de sua modorra filosófica a exigir-lhes que abram os olhos à evidência do que lhes diz a paisagem (dita então cultural): a historicidade é o ato de os homens emprestarem à História sua própria cara. Não é este o sentido da afirmação de La Blache ao dizer que "A região é a efígie cunhada de um povo"?

3. O SOCIAL

Mas qual a razão pela qual o sujeito foi posto no limbo da renovação criando-se com isto o fosso que até agora frustrou a realização do "projeto unitário"?

Sem que seja preciso uma análise mais pormenorizada nota-se a ênfase que todos os textos põem no papel do trabalho na gênese do espaço. Afinal, é um espaço produzido, residindo nisto extremamente a

revolução havida no seu estatuto ontológico. Há uma presença implícita, portanto, do sujeito nesta gênese do espaço, e, este, é o sujeito do trabalho. Quanto espera-se, todavia, que este se explicita no campo único de sua clarificação, o do seu caráter de classe, tal não se dá. Quando esta clarificação se dá, saindo o sujeito do anonimato, tem ele a cara do capital.

Ironicamente, o sujeito começa no trabalho, mas para que quem circule seja o capital. O sujeito do trabalho, ele mesmo nunca aparece enquanto tal.

Por isto, a trajetória do sujeito começa no trabalho e na expressão geográfica deste, a divisão territorial do trabalho, mas o trabalho ele mesmo finda numa circularidade sociologizante, porque fechado num ente exclusivamente político-econômico. Um trabalho tornado mediação de relações que se dão na produção de bens materiais, e cujos fundamentos encerram-se nela mesma. Uma circularidade onde a produção fala a linguagem do trabalho e o homem-trabalhador é tomado como **fonte de recursos** e portanto continua sendo "fator". Um trabalho cuja razão, aquela que a ele leva os homens, fica confundida ao círculo da razão econômica tomada como meta e limite da realização humana. Um trabalho que tem a cara do capital e não a da classe operária, a classe do trabalho.

Como não se fala do trabalho a partir e em referência à classe proletária, o capital é o sujeito ativo. Fica, então, envezada a questão essencial do trabalho no capitalismo: a alienação do seu sujeito. E fica obliterada e dissolvida a pouco e pouco no decurso do movimento da renovação, a questão que com a crítica ideológica a crítica de esquerda desde o início pareceu pretender comprometer-se: a problemática do socialismo como saída da alienação capitalista do trabalho.

Incrivelmente, num movimento pautado pela crítica feroz à subserviência da Geografia ao poder e ao capital o socialismo jamais é tema.

Chegamos, então, à localização da real ponta do novelo das marchas e contra-marchas da renovação da Geografia, à razão pela qual segmentou-se em mil atalhos o caminho da radicalidade, ao motivo de fundo de recusa e banimento do sujeito, à causa última da falta de rosto visível na Geografia renovada, ao fundo

do fundo do porque da falência do "projeto unitário". É que num saber que acabou de descobrir a História, via descoberta da historicidade do espaço, o homem já não pode seguir sendo o mesmo homem-demográfico da "Geografia da População" e não pode passar a ser o homem-trabalhador, puro e simples, mas deve ser o sujeito real do trabalho projetado no dever de sua desalienação a partir do aqui e agora.

→ O fato é que aprofundando-se a reflexão sobre a historicidade recém-descoberta do espaço fora do âmbito da relação sujeito-objeto, a renovação vai acumulando impasses e sob esta forma vai se institucionalizando como a "nova escola". De impasse em impasse, não só não se chega ao "projeto unitário", mas vai a renovação desviando-se no sentido da **retórica do social**.

Parte-se de um raciocínio em si correto. Dado o espaço ser historicamente produzido, disso necessariamente decorre que é um espaço social. Logo, a Geografia é uma ciência social. Na sequência final desse silogismo é que começa o problema: de que social se estará falando?

Considera-se, por sinal corretamente, que o que dá ao espaço seu caráter social é ter origem no processo do trabalho. Assim, a armadura visual do espaço (o arranjo paisagístico) é a transparência da divisão social (diz-se territorial) do trabalho. Esta, é a base sobre e em função da qual arruma-se a armadura global da sociedade. Posta nestes termos, a reflexão teórica está, no fundamental, correta. O problema reside no conceito limitado de trabalho com que se opera.

É que, como vimos, este conceito de trabalho não tem por referência o plano mais abrangente da totalidade rica das múltiplas determinações do concreto, dentre as quais a da espaço-temporalidade, que historicamente extrai sua qualificação do caráter estrutural de classes. É fato que posto no âmbito das determinações do econômico, o trabalho pode ser interpretado à luz das suas características histórico-concretas de classe. Todavia, se o alcance das determinações de classe só é possível quando feito no âmbito das determinações econômicas, das relações concretas de produção, uma vez evidenciadas as mediações de classes passam a ser o ponto de

referência das interpretações, cessando neste ponto a leitura econômica. O contrário é o conceito economicista, de corte idealista-filosófico a que Marx se referira na "Crítica ao Programa de Gotha". Impossível, sob este prisma empobrecido, falar-se do trabalho no que ele é, enquanto leito amplo do fluxo da história, uma vez que de categoria de libertação integral do homem-trabalhador fica reduzido a mera categoria econômica.

Reduzido o trabalho ao econômico, tudo mais fica igualmente restringido a este plano. Inevitável, que, num quadro teórico deste, a natureza seja reduzida a mera e estéril condição de fonte de recursos naturais. E que, ao procurar-se o conceito de homem com que se pensa a dinâmica da história, se veja que é o de força de trabalho: E mais ainda, que a razão econômica subordina a própria razão política.

Sustada a crítica ideológica na soleira das determinações de classe, a Geografia renovada viu-se em sua proclamação de ciência social desaguando no economicismo puro. Bloqueou-a neste trajeto a auto-exclusão do sujeito, redundando no banimento da contradição e, então, na impossibilidade de pensar-se as mediações classistas do espaço as mediações deste nos confrontos classistas.

4. A NATUREZA

Bloquando o enraizamento da renovação nesta dialética desconteudizada, tão precoce dissolução do sujeito fechou-lhe os horizontes da progressão, negando-lhe intrinsecamente a possibilidade de realização do "projeto unitário". A primeira e inevitável consequência é o próprio banimento da natureza no processo de renovação. Como que exprimindo este banimento, dizem Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias em "Geografia Crítica - A Valorização do Espaço": "O equacionamento da temática clássica da relação homem-natureza se coloca de outra forma. Tal tema, como mencionado, será tratado em um capítulo específico. Aqui cabe enfatizar que as velhas analogias da Geografia tradicional caem por terra. O marxismo força a opção dos geógrafos: ou a Geografia é uma ciência da sociedade ou uma ciência da natureza.

Não há subterfúgios lógicos para a escamoteação do problema" (página 58). O equívoco está patente numa forçosa opção que em canto algum vemos em Marx. Jamais o "Manuscrito de 1844" seria um "capítulo específico" de "O Capital", simplesmente porque Marx-Engels jamais poriam a questão da natureza e da sociedade em termos de "ou... ou".

Ora, não há história sem natureza, e, precisamente isto é o que nos põe o processo do trabalho, o sujeito em sua plena ação remodeladora do objeto e fonte da historicidade do espaço. É que a história é o homem-natureza se autotransformando pela via do trabalho em homem-sociedade, e o espaço, na verdade então espaço-temporalidade, é a forma geográfica de realização desse movimento organizado (por isto disse espacialmente organizado) da história. Portanto, sem natureza não há relação sujeito-objeto, e, assim, produção do espaço.

Não se está falando aqui da natureza da "Geografia Física" ou daquela do modismo ecologista atual, isto é, nem da natureza sem vida ou da natureza apenas viva, mas daquela outra, a da "história naturizada e natureza historicizada" do Marx do "Manuscrito de 1844" e dos "Grundrisse", trazida à Geografia pelo "Marxismo e Geografia" por Quaini.

Dois elos faltam, portanto, na cadeia de radicalidade da renovação da Geografia, levando-a ao invés da ruptura a uma espécie de reiteração daquilo que visara combater, e, no limite, à "modernização" do "status quo", a ausência de um levando à ausência e equivocação com o outro: o sujeito e a natureza. O que parece ser uma causa próxima da real determinação desse corte na sequência do andamento da ruptura tem um sabor marcadamente institucional: o próprio vício corporativo da formação acadêmica. O fato é que os geógrafos formados na tradição da "Geografia Física", os "geógrafos desumanos" no dizer irônico de Orlando Valverde, em nada fazem, de imediato, avançar a reinterpretção teórica da natureza, à luz da sua historicidade, e, quando iniciaram a fazê-la foi sob a pressão intelectual do chamado movimento ecológico, por pressão externa, pois, e assimilando os equívocos e o clima de modismo desse movimento. Por seu turno, aqueles formados na tradição da "Geografia Humana" pouca contribuição trazem além daquela assimilada de

Quaini¹⁸, embora estes últimos sejam os que mais invistam no sentido do encontro do "projeto unitário", apesar de acusados pelos "Físicos" de estarem usando de sua hegemonia sobre o movimento da renovação para "acabar com a Geografia Física"¹⁹. A verdade é que os "Físicos" continuarão como tal, e por isto trabalhando com uma natureza sem e fora da história, pré-darwinianamente sem homens, por sinal, e igualmente os "Humanos", trabalhando com uma história sem natureza. E ocorre que acaba por instalar-se neste início um certo estado de confusão teórica no ambiente universitário com relação à questão da natureza, de que ainda hoje não saímos, criando o paradoxo de mais nos afastarmos da natureza (repita-se: da natureza, não da "Geografia Física", uma vez que esta, um conceito velho, equivocado e inoperacional de natureza até do ponto de vista das necessidades atuais de "controle ambiental", não só permanece como se fortalece enquanto tal) quanto mais avançamos no debate da renovação a partir da noção da historicidade do espaço.

O libelo lacosteano de 1974 à falência do "projeto unitário" não levou os geógrafos de "ambos" lados a animarem-se à reflexão epistemológica conjunta da questão posta pelo problema da dicotomia homem-meio. Preferiram, neste decênio de renovação, digladiarem-se nas pontas da farseada (porque talvez institucionalmente conveniente) oposição Geografia Física versus Geografia Humana (luta de uma instituição, a Geografia Física, contra outra instituição, a Geografia Humana, não mais que uma "luta" institucional), um velho (no sentido mesmo de esclerosado) tema da história do acadêmico (des)pensamento geográfico. Nem quanto a este libelo vem em reforço a chamada que em 1978 Milton faz para a ligação entre espaço e natureza, à qual designa "o princípio da dialética do espaço", remetendo-nos para a formulação espinozista da "natura naturans" ("a natureza tal qual ela está agora, isto é, no tempo 1") e "natura naturata" ("a natureza como ela se apresenta no tempo imediato, ou tempo 2"). Ou, como diz: "Enfim, há sempre uma primeira natureza prestes a se transformar em segunda; uma depende da outra, porque a natureza segunda não se realiza sem as condições da natureza primeira e a natureza primeira é sempre

incompleta e não se perfaz sem que a natureza segunda se realize. Este é o princípio da dialética do espaço.", introduzindo na linguagem da renovação expressões como "natureza natural ou primeira natureza" e "natureza socializada ou segunda natureza", hoje de uso corrente. E nem mesmo quando aparece o estimulantiíssimo "A Construção da Geografia Humana" (vê-se pelo título que nem Quaini logra escapar das armadilhas do discurso institucional), publicado quatro anos após "Marxismo e Geografia", cinco após "Por uma Geografia Nova" e quase dez após "A Geografia", no qual, ao esclarecer-nos sobre o vínculo do pensamento geográfico moderno com o quadro do pensamento iluminista, alinhavado por Kant, põe-nos perante a evidência de que a "Geografia Física" não é mais que a **idéia de natureza** que daí para diante vai constituir a essência da concepção ocidental de mundo.

Ficou negada ao "projeto unitário" a argamassa da unificação do todo na perspectiva apontada pela própria sucessão bibliográfica, porque, nele, o socialismo é o tema.

Parece dirigida à "renovação" a "Crítica do Programa de Gotha" na qual Marx, discordando do conceito de trabalho da social-democracia alemã, tomando-o por "origem de toda a riqueza", adverte-o para o cunho idealista e de tendência economicista de tal modo que entendê-lo. O motivo da crítica de Marx é que sem o horizonte filosófico, possível apenas no fulcro da relação História-Natureza (é o Marx dos fins da vida, estamos em 1875, falando nos termos do "jovem" Marx do "Manuscrito de 1844"), o conceito do trabalho instrumenta uma ação de horizonte quando muito econômico, imediatista. E, então, a que consciência socialista esta redução economicista pode levar? Para que o socialismo apontaria, se o objetivo é o trajeto que faça o homem "saltar do reino da necessidade para o reino da liberdade?"

5. O ESPAÇO

Descolando o sujeito do âmbito da relação História-Natureza, ficou a renovação da Geografia impedida de dar conta do social a partir de um arsenal próprio, presa nas pontas de um discurso de

apelo politicamente forte mas de fundação epistêmica incipientemente formulada, classificada, quedando com o tempo numa falação inconsistente, opaca.

É por isto que o espaço, posto a ser discutido em si mesmo ou num âmbito de mediações frouxas, ficou sem traços presos. Um espaço sem cara para ser visto por qualquer cidadão, comum ou diplomado em Geografia. Levado ao âmbito de uma concepção opaca do trabalho, o espaço opacificou-se, e, de opacidade em opacidade, chega-se a uma visualização embaciada, mecânica até. Aqui é onde a eliminação das mediações da relação sujeito-objeto cobra seus dividendos mais diretos.

Não se percebeu, e ainda hoje, que na dialética do espaço, se o trabalho é o verbo, razão porque a natureza é um elo inevitável, tudo se passa no quadro de mediações claras, movendo-se sob determinações precisas. Quando Ratzel falava de espaço, seja no clássico "espaço é poder" ou no maldito "espaço vital", era no "espaço natural", isto é, ao "continente da potencialidade de vida" que se referia. Um espaço de conteúdo preciso. É igualmente preciso em La Blache: os espaço-materialidade da cultura. Desde então, o conceito de espaço esvazia-se de conteúdo para ir aproximando-se da noção geométrica que acaba por absolutizar-se como tal na versão teórico-quantitativa.. A redescoberta da Geografia vem com a descoberta da historicidade do espaço, em face da qual abra-se para a possibilidade de um entendimento dialético da problemática da relação conteúdo-forma, corrigindo-se os equívocos desde o mecanismo naturalista de Ratzel ao formalismo geométrico dos quantitativos.

Todavia, se a descoberta da historicidade do espaço com "Por uma Geografia Nova" abre para a compreensão do vínculo entre sociedade e espaço, vendo-se a sociedade exprimindo-se na forma do espaço - Produzido, o espaço tem a ver com o seu modo de produção e o papel deste na construção da formação econômico-social, de tal maneira que cada sociedade tem seu espaço, não havendo sociedade sem espaço, por isto sendo o espaço de nossa contemporaneidade o espaço da sociedade capitalista, construído pelo capital como veículo de realização de sua hegemonia sobre a sociedade como um todo -, e com isto avança-se séculos

de evolução teórica, por outro lado sente-se no ar que falta algo na reflexão nova sobre o espaço. Se percebe-se este avanço no esclarecimento da relação existente entre o espaço e a história, uma vez que é ela vista no interior do modo de produção, única forma de fazer-se transparente seu vínculo com a sociedade (doravante, o espaço não mais estará suspenso no ar, mas com raiz fincada em sociedades historicamente concretas, e fica para trás, definitivamente sepultado, o espaço-geometria do formalismo neo-positivista), algo porém resta de éter nesta reflexão avançada. Tem-se a sensação de que o conteúdo está ainda impreciso e que a cara do espaço vagueia sem traços definidos. De que falta alguma coisa na anatomia do espaço nesta indagação do espaço o que é ele mesmo e sua cara, uma temática de sabor ontológico ("o espaço como ser"), como notam Armando Correia e o elenco de pensadores que com ele formam um destacado grupo voltado para a pesquisa teórica²¹.

Atravessado pela questão prática da operacionalidade do novo discurso teórico, responsável direta pela indagação da cara do espaço uma vez que sem ela a teoria do espaço fica sem valor ativo, e posto na vogueira de suas raízes, este impasse de explicitação vai encontrando respostas sobretudo de caráter analítico, metodológico.

Assim, num primeiro momento, o espaço é uma categoria da estrutura (a instância: "Sociedade e Espaço: a Formação Social Como Teoria e Como Método", Milton Santos, primeiramente publicado em Antípode n^o 1, jan/fev. de 1977, a seguir no Boletim Paulista de Geografia n^o 54, 1977, e, por fim, na coletânea "Espaço e Sociedade", capítulo 1, Editora Vozes, 1979); uma categoria da descrição (o arranjo espacial: "A Geografia Serve para Desvendar Máscaras Sociais", escrito em outubro-novembro de 1978, publicado primeiramente na revista Território Livre n^o, UPEGE (União Paulista de Estudantes de Geografia), fevereiro de 1979, a seguir na revista Encontros com a Civilização Brasileira n^o 16, outubro de 1979, e, por fim, na coletânea "Geografia: Teoria e Crítica - O Saber Posto em Questão", Editora Vozes, 1980); uma categoria do valor ("Valor, Espaço e Questão do Método", revista Temas n^o 5, 1979, e "Geografia Crítica - A Valorização do Espaço", Editora Hucitec,

1984, de Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias); uma categoria filosófica ("Espaço e Tempo: Compreensão Materialista e Dialética", Ariovaldo Umbelino de Oliveira, publicado na coletânea "Novos Rumos da Geografia Brasileira, Editora Hucitec, 1982; e "O Espaço Como Categoria de Análise", Wanderley Messias da Costa, apresentado na Conferência Regional Latino Americana da UGI, 1982); etc. A seguir, num segundo momento, o espaço tende a ser considerado ora mais como um composto de categorias que uma categoria ele mesmo, ora subalternizado e mesmo substituído pela categoria do território.

Tal, todavia, é uma reflexão ainda hoje posta para pouco além do embrião, sem força maior de andamento objetivo. Passados dez anos de renovação, os geógrafos continuam incapazes de definir teórica e operacionalmente o espaço.

6. A LINGUAGEM

Negando-se a pensar o sujeito do espaço e um a partir do outro, a renovação perdeu-se na construção da linguagem nova. Como que presa e um jogo metafísico, a renovação precipitou a perda da personalidade linguística que a "escola teórico-quantitativa inaugura: incapaz de ver a cara do espaço impossibilitou-se de criar-lhe uma linguagem teórico-prática e com isto aumenta a dificuldade de ver o espaço.

Entrou-se num círculo. Aquilo que aparece como legítima exigência prática, a operacionalidade do novo discurso, mal esconde uma insuficiência de ordem teórica. A questão prática e a questão teórica da arma linguística bloqueiam-se mutuamente.

O problema é que perdida no plano linguístico, a personalidade desaparece para o plano conjunto, e a Geografia entra no dilema da identidade, do nível de ordem doutrinária ao de ordem pragmático-profissional. Neste dilema linguístico-conceitual, a necessidade, mãe de todas as saídas, vai empurrando a produção geográfica ao uso da linguagem mais próxima. Desse modo, ao discurso linguístico epistemicamente amorfo tem correspondido uma produção científica não

raro de qualidade mas teórico-metodologicamente minada. Quanto nesta produção há o sujeito, não há a mediação espacial dos processos concretos em que ele está envolvido; e quanto há o espaço, este faz a vez do sujeito. O espaço mesmo, no que ele porventura conte no processo da história, isto fica-se sem saber. Em plena renovação, a nau fica à deriva.

Sujeito sem espaço é o caso das pesquisas de Ariovaldo U. de Oliveira sobre o campesinato brasileiro, tema a que o autor tem se dedicado com afinco ("Modo Capitalista de Produção e Agricultura", Editora Ática, 1986, e seus textos sempre publicados no fundo, espelha parceiro eleitoral, o que as leva a criticar Marx (atribuem à categoria da autonomia um peso absoluto de identidade na História, a qual Marx põe como tendência da transição), tem-lhe escapado as pistas que a estratégia agrária das elites rural-urbanas no Brasil, e, assim, a perspectiva escalar que se abre. Já espaço sem sujeito é o caso das pesquisas de José William Vesentino sobre geopolítica ("A Capital da Geopolítica", Editor Ática, 1986, e "Imperialismo e Geopolítica Global", Papyrus Editora, 1988), esta espécie de "retorno a Ratzel" que além de tornar o espaço o agente da história exprime o estado de crise da renovação quanto ao seu conceito e lugar no terreno das determinações²².

Quando, por teimosia, algum fiapo de linguagem doméstica se insinua por dentro do ecletismo linguístico em que acabou-se mergulhando, uma súbita clareza denuncia nosso empiricismo renitente. É que então se descobre que no seu terreno a Geografia segue sendo mesmo com a renovação um discurso empirista. Caro tributo pago ao vácuo linguístico-conceitual gerado pela auto-exclusão das mediações do sujeito.

Afinal, não há nisto forte ponto de contato com aquela ilusão inicial de "Repensar a Geografia" (pretensão sub-título de nosso "A Geografia Serve para Fazer a Guerra" e título do texto publicado na coletânea "Novos Rumos da Geografia Brasileira", organizada por Milton Santos, Hucitec, 1982), presunção de quem só mais tarde descobre a óbvia verdade de que para re-pensar é preciso, primeiro, saber pensar? E também com o dito maoísta do "Sem pesquisa de campo ninguém tem direito de falar", brandido, como a espada de Dâmocles, por Ariovaldo?

Como, de súbito, re-pensar em uma área de saber que classicamente não produziu pensadores, mas tão somente pesquisadores de formação empírica? E como brandir autoridade de pesquisa de campo num saber que ainda não dispõe dos instrumentos do pensar? Fosse isto e o IBGE, que nada fez senão "ir ao campo" (por sinal, que nem por isso sedimentou a Geografia no Brasil), e só ele teria o direito a falar. Mas como falar se articular a fala implica saber pensar conceitualmente, e isto, significa dispor e empregar a linguagem epistemologicamente pertinente à natureza daquilo de que se fala?

O fato é que na medida que ficaram bloqueados o nascimento e corporificação do arsenal linguístico-conceitual, ficou obstado o florescimento da leitura categorial que faz o empírico ganhar a forma, porque pensada, do concreto. Na ausência dos instrumentos do pensar, a produção geográfica reteve-se no empiricismo secular. Ainda não conseguimos "falar" sobre as coisas senão recorrendo à fala dos dados estatísticos, das fotografias, dos gráficos e dos mapas. Isto é: deixando que a linguagem empírica fale por nós... Ou, então, a dos outros.

E é fato também que até mesmo a descrição, que na produção ibegeana se fazia bem, por sinal alguns geógrafos muito bem (há textos de descrições belíssimas e de excelente domínio técnico), perdeu-se no atalho da renovação.

Ora, como pensar sem a linguagem própria que instrumente o pensamento? Como pensar se pensar é falar do empírico nãocom a linguagem empírica da senso-percepção mas a conceitual do pensamento? Como analisar o espaço sem um conceito de espaço que clareie o modo de as coisas existirem espacialmente? Como formular a teoria sobre o modo de o empírico se arrumar em organização espacial sem um conceito operacional? Como ir ao campo só com os sentidos, sem a habilidade de pensar? Como o ir ao campo sem ter aprendido a pensar vai resultar no conhecimento, que é o produto do pensar, uma vez que o conhecimento e a realidade não são a mesma coisa? E se ainda não aprendemos a pensar espacialmente, se o aprender a pensar o espaço foi cortado do fluxo pela auto-exclusão teórico-conceitual das mediações espaciais do sujeito?

Estamos, então, passados dez anos de renovação, sem saber pensar. Pergunte-se a dez geógrafos o que é o espaço e se terá a medida do nosso estado desastroso. Peça-se-lhes que dêem uma formulação operacional e a catástrofe estará completa! É que ainda não sabemos ver, pensar e operar espacialmente.

É, por exemplo, de espantar que, depois de Lacoste propor pensar o espaço à luz escalar da espacialidade diferencial, ainda se fale e se pense o espaço como região? Há conceito mais empírico de organização do espaço? E que ainda continuemos a pensar a escala geográfica como matemática aplicada à representação cartográfica? Isto, tanto quanto pensar por fora da Geografia (à luz das categorias não-geográficas, o que, sem sombra de dúvida, é realmente ir ao campo pensando, porém não resolve a questão posta à renovação de como pensar geograficamente a realidade empírica) não revela claramente a nossa retenção no empirismo? O alto preço pago pela fragilidade ainda presente na teoria?

III - HÁ UMA QUESTÃO GEOGRÁFICA?

Mais que impasse, este empirismo renitente denuncia não termos tocado no ponto nevrálgico: há uma questão que a História ponha a uma sociedade como geográfica? Há algo que mereça a designação de **questão geográfica** envolvendo a sociedade como tema de debate a ponto de ela necessitar de uma ciência e seus especialistas? Se existe, o que é ela mesma e sua cara? E qual o seu código linguístico?

1. A QUESTÃO GEOGRÁFICA

A renovação da Geografia começou por onde devia: o debate do caráter daquilo sobre o qual se debruça em investigação. A resposta: a formação espacial. O que até agora estiolou este começo foi o tema da resposta não ter sido pensado dentro do âmbito da relação sujeito-objeto. Por isto, pensou-se com extraordinários avanços o espaço, mas ficou sem

esclarecimento por onde ele entra nas múltiplas determinações da existência do seu sujeito. Articulado a esta reflexão, aí sim, faltou suficiente empenho de "ida de campo".

Nada pode existir senão espacialmente. Não há matéria fora do espaço e espaço fora da matéria, seja a matéria cósmica ou seja a matéria social da História. Por isto, não há sociedade sem espaço e espaço sem sociedade, eis o que tornou-se, corretamente, uma verdade axiomática na renovação da Geografia⁵²³.

Mas o espaço é isto em razão de ser uma **categoria da organização**. Organizando-se espacialmente, o fluxo da história desenvolve-se de modo organizado. O espaço organiza a matéria no fluxo do tempo em termos de extensão, distribuindo as componentes de sua estrutura nessa extensão, de modo a que as relações se formem e se reproduzam. A estrutura das relações assim move-se e reproduz-se na forma e nos termos de uma **rede escalar**. Reproduz-se, reproduzindo esta rede escalar.

O lugar é a referência formal dessa rede escalar das relações, razão porque no conjunto temos o que Lacoste designa por **espacialidade diferencial**. Em face do lugar, o espaço constitui-se de continuidade/descontinuidade, homogeneidade/heterogeneidade e horizontalidade/verticalidade, configurando o modo histórico de as relações estruturais de dada sociedade organizarem sua **reprodução**.

Por isto, a relação sociedade-espaço implica ser um movimento no qual o **conteúdo-sociedade** se reproduz pela reprodução da **forma-rede escalar espacial**. Nas sociedades de classe a organização espacial é a rede escalar reprodutora da hegemonia do dominante, dentro e em oposição à qual os dominados organizam sua rede escalar de confronto, fluindo o movimento da história como uma dialética de contraposição espaço versus contra-espaço que leva os termos da relação sociedade-espaço a reproduzirem-se ao preço do permanente ativamento das lutas de classes.

2. UMA TEORIA TRANSPARENTE É PRECISO

Dar conta do real geograficamente é, pois, trazer à evidência como dada rede escalar media os confrontos do movimento reprodutivo das estruturas classistas na história. Que mediações mobiliza.

Sendo uma ciência da organização espacial desse processo, é pelo caminho da reprodução espacial das estruturas históricas que seu "modus operandi" se explicita. Organizar espacialmente é estruturar segundo uma rede escalar de lugares interesses, tensões, poder, destino a se dar ou a se negar. É pôr em movimento o espaço e o contra-espaço, o passo e o contrapasso. Pode-se estar organizando uma unidade econômica, política ou ideológica; um modo de reprodução; um Estado ou um Partido; uma repressão ou uma greve; um golpe de Estado ou uma Revolução Popular.

Significa ter que lidar com a capacidade de dar conta do **aqui** e do **agora** para além do horizonte do imediato com que aparecem, de entendê-los na riqueza da rede escalar que está jogada para além do aparente, do imediato, do empírico.

Todo problema do método consiste na questão de como da cara chegarmos ao conteúdo, isto é, da aparência à essência, do imediato ao mediato, ou do visível ao invisível como a fórmula Pierre George. É justamente dado haver uma relação entre paisagem/arranjo espacial/estrutura oculta da sociedade que podemos tomar a paisagem, não mais que o aqui e agora, como primeiro elemento de leitura. Não estavam errados de todo, pois os "geógrafos tradicionais" quanto transformaram a paisagem e a descrição nas categorias do método. Errados estiveram em entendê-las como o concreto e quanto tomaram-nas como fonte do seu repertório linguístico-conceitual. Certos estão os "renovadores" quando ultrapassam pela crítica os limites acanhados desse empirismo. Mas errados ao reincidirem reiteradamente na obliteração do sujeito como quem tem o receio das implicações do seu nome e do conhecimento no seu rosto.²⁴

Sem sujeito evidenciado não há teoria falando uma linguagem transparente, e isto é fundamental numa ciência que por razão ontológica tem

por tarefa falar do oculto a partir do aparente.

Ensina Hegel na "Ciência da Lógica" que o grande tema da História é o da determinação das tendências de direção contidas como possibilidades no particular (não é disso o possibilismo lablacheano uma versão menor?). Hegel parece estar falando da rede escalar, no que esta abre da leitura das múltiplas mediações que determinam o aqui (espaço) - agora (tempo) como dimensão imediata do real, dita cotidiano, paisagem.

Não seria este entendimento para transformá-lo a questão geográfica dos homens reais?

NOTAS

1. O leitor encontra boa parte dos textos da primeira fase da renovação publicados nas coletâneas: "Geografia e Sociedade: Os Novos Rumos do Pensamento Geográfico", número monográfico que preparamos para a revista Vozes n.º 4, maio de 1980; "Geografia: Teoria e Crítica - O Saber Posto em Questão", que organizamos e publicada pela Editora Vozes em 1982; e "Novos Rumos da Geografia Brasileira", organizada por Milton Santos para a Editora Hucitec, 1982. É importante ainda a coletânea de textos de autores estrangeiros, dentre alguns os clássicos da geografia mundial, "Perspectivas da Geografia", organizada por Antonio Christofletti para a Difel, 1982, contendo alguns dos textos ligados à renovação no exterior. É comum coletâneas em revistas à época, destacando-se o Boletim Paulista de Geografia n.º 54, de 1976, e a revista dos estudantes da UPEGE "Território Livre", números 1 e 2, 1979.

De vital importância ao leitor para o acompanhamento deste texto é a leitura, se possível prévia, do texto de Armando Corrêa da Silva "A Renovação Geográfica no Brasil - 1976/1983 (As Geografias Críticas e Radical e Uma Perspectiva Teórica)", onde o autor, embora sobrevalorize o papel dos geógrafos da USP na renovação da Geografia e trace uma classificação dos geógrafos analisados em "críticos" e "radicais", duas formulações com as quais pessoalmente não concordo, faz umas excelente, e até

agora única, resenha da produção geográfica recente, cobrindo-a exaustivamente e com erudição pouco comum na literatura geográfica brasileira do gênero. É importante ainda que junto a este texto de Armando também se leia a curta e sintética resenha de Roberto Lobato Correa "Da Nova Geografia à Geografia Nova", analisando com excelente qualidade didática a passagem que se dá no Brasil da fase da "Geografia Quantitativa" ("Nova Geografia") à atual fase do pensamento geográfico ("Geografia Nova"). O texto de Armando encontra-se no nº 60 do Boletim Paulista de Geografia, AGB - São Paulo, 1983-1984, e o de Lobato no número monográfico da revista Vozes, "Geografia e Sociedade: Os Novos Rumos do Pensamento Geográfico Brasileiro", citado.

2. Lacoste põe em evidência a crise em "A Geografia", ensaio que publica numa obra dedicada à filosofia, "História da Filosofia - Idéias, Doutrinas", volume 7, "A Filosofia das Ciências Sociais - de 1860 aos Nossos Dias", capítulo V, dirigida por François Chatelet, publicada pela Editora Zahar em 1974. Reitera-a em "A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra", livro de 1976, e nos textos da revista Herodote. Massimo Quaini faz-lhe reforço em "Marxismo e Geografia". É desde então que a crise da Geografia vira tema entre nós e mundialmente, aqui ganhando força a partir de 1978, quando demorona-se de vez a hegemonia da "Geografia Teorético-Quantitativa" implantada nos anos do "milagre brasileiro".

3. Esta expressão, com que abro "O Que é Geografia", é de uso corrente neste período. "Espírito da época" todo este livro, por isto escrito de uma só assentada em outubro de 1981, é o que "está no ar", seu conteúdo e termos discursivos exprimindo o clima dos debates que só fiz transpor dos acalorados auditórios direto para o papel. Usado pelos estudantes de Geografia da época como material didático com seus alunos das escolas secundárias, o fato de sua linguagem ser considerada "difícil", quase esotérica, pelos estudantes de Geografia de hoje é bem denotativo da trajetória seguida pela renovação.

4. Alguma origem de viés institucional talvez aqui se insinue. Provavelmente, a força da inércia própria de um saber de história exclusivamente institucional ou o vício acadêmico da especialidade. O fato é que a renovação começa como uma crítica da geografia e culmina no que vira uma Geografia Crítica. Isto é, o movimento que era de radicalidade de renovação vira uma nova "ideologia" desse "Estado" que são os departamentos universitários, e, assim, congelando-se num vir-a-ser modernizante da própria inércia institucional que no começo visara combater. O fato também é que, como é próprio do campo acadêmico-universitário, transparece na análise dos textos a ausência de leituras recíprocas das produções, o silêncio e mesmo a "cassação" bibliográfica, práticas que segregam o acompanhamento da progressão das idéias e o mapeamento de quem é quem, impedindo o esforço de permanente alargamento e sistematização coletiva que todo movimento enquanto tal supõe. Cai, assim, numa Geografia soft.

5. Neste texto, estimulante em todos os sentidos do debate da renovação, em que antecipa o livro "A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra", Lacoste mapeia, um a um, os temas da crise da Geografia, e apresenta sua importantíssima tese da **espacialidade diferencial** com a qual se contrapõe à noção meramente cartográfica, quantitativo-matemática, de escala territorial.

6. Por meio de livros como "Os Países Subdesenvolvidos" e "Geografia do Subdesenvolvimento", cuja linha mais tarde retrairá, tirando-os do equívoco do populismo para lançá-los neste outro que é a Geopolítica, editados pela Difel.

7. Em certa medida a quase totalidade dos "renovadores" da geografia brasileira vem dessa tradição pierregeorgeana (francesa, em geral, como o tricartiano Milton Santos), bastando para isto ver-se a coletânea de Armando Corrêa da Silva "O Espaço Fora do Lugar", da Hucitec, de 1978, cujos textos marcam tipicamente a transição daquilo que os geógrafos teorético-quantitativos chamam absurdamente (porque pondo num só período histórico toda longa evolução da

Geografia que antecede à "revolução" teórico-quantitativa, erro crasso em que vão continuar incorrendo os "geógrafos da renovação", como vemos na "Geografia: Pequena História Crítica", de Antonio Carlos Robert Moraes, Hucitec, 1981) de "Geografia Tradicional" (tradicional porque "destituída de maior rigor científico", que os "revolucionários" confundem com rigor matemático, que só eles, e agora, estariam trazendo para o âmbito da Geografia, daí a estarem "revolucionando"), para o que passou-se a chamar (continuando-se na era das rotulações) primeiramente por "Geografia Nova" (vide o texto mencionado de Lobato) e depois por "Geografia Crítica" (que para Armando divide as honras da renovação com a "Geografia Radical"); ou o brilhante texto de Ariovaldo "O 'Econômico'" na Obra Geografia Econômica de Pierre Geogre: Elementos Para uma Discussão" de grande efeito entre os geógrafos cariocas, que inicialmente foi publicado no Boletim Paulista de Geografia, nº 54, em 1977 e, posteriormente, incorporamos à coletânea "Geografia : Teoria e Crítica - O Saber Posto em Questão", Editora Vozes, 1980, em que o autor "presta contas com seu passado"; ou, ainda, a terminologia que povoa os textos da renovação, tais como arranjo espacial, organização espacial, difundida por George. O meu "O Discurso do Averso", publicado bem mais tarde, em 1987, tem um capítulo, o 3 ("Ideologia e Política dos Estudos de População") escrito a partir de aula dada no Projeto Ensino da UPEGE/AGB/APEOSP em fevereiro de 1980, tem fundamento na crítica à concepção georgeano-lacosteana de população-subdesenvolvimento, e o texto "A Geografia Serve para Desvendar Máscaras Sociais" está carregado de terminologia georgeana. Talvez tenha sido este fundo genealógico até certo ponto comum a fonte da equivocada impressão inicial, ainda hoje amplamente enraizada, de indiferenciação de pensamento e alinhamento político-ideológico existente entre os "renovadores" (a verdade é que nenhum aderira ou vinha de rompimento com o neo-positivismo teórico-quantitativo).

8. Isto está estampado no título do texto de Carlos Walter Porto Gonçalves "A Geografia Está em Crise. Viva a Geografia" (título do que seria o Prefácio de

um livro didático para o 2º Grau que escrevemos em 1976-1977 sob o impacto do texto "A Geografia" de Lacoste e preferimos transformar em "alimento para as traças"), publicado primeiro no Boletim Paulista de Geografia, nº 55, de 1978 (sua origem é uma comunicação do autor no 3º ENG, em julho) e depois incorporado à coletânea da Vozes, citada. É flagrante também no título do texto "A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais", fruto do impacto de Lacoste, Lefebvre e Milton (embora seu clima seja o debate interno do marxismo provocado pelas leituras althusserianas das obras de Marx que trago na linguagem do impacto de Lacoste e Lefebvre para o clima da Geografia por força da necessidade de sistematizar a fala nos debates organizados pelos estudantes em Niterói e no congresso da UPEGE de Presidente Prudente, em setembro-outubro de 1978, e, desde então, já estivesse "pronto", a redação e publicação deste texto decorre da intenção de discordar do modo como Milton em "Por Uma Geografia Nova" punha a questão da relação espaço-instâncias).

9. Lacoste desenvolve a crítica do conceito de região no capítulo V ("Um Poderoso Conceito-Obstáculo: a Região") e sua tese de espacialidade diferencial nos capítulos III ("Miopia e Sonambulismo no Seio de Uma Espacialidade tornada Diferencial"), V, VI ("A Escamoteação do Problema Capital das Escalas, Isto é, da Diferenciação dos Níveis de Análise") e XVII ("Saber Pensar o Espaço Para Saber Nele se Organizar Para Saber Nele Combater"). Vê-se que liga um assunto a outro, denunciando a falência do discurso padronizado na categoria da região e apontando a saída na sua tese da espacialidade diferencial. Mais tarde, aplicará empiricamente este seu novo arquétipo um "Unité et Diversité Du Tiers Monde", obra em três volumes publicada pela Editora François Maspero (FM/Hérodote) onde investiga a problemática das escalas em casos específicos, entre eles o da revolução cubana. Esta sua obra de aplicação empírica sugere nem mesmo Lacoste ter alcançado a riqueza de sua tese, ao que nos parece por manter-se ferreamente preso à teoria do terceiro-mundismo, equívoco que ainda reforça com este outro que é a Geopolítica. Entre nós posta ao largo dos debates, aplico-a ao caso

brasileiro em "O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil", após fundi-la a categorias de método marxista em particular a tríade singular-particular-universal e à teoria do imperialismo de Lênin.

10. Dele é que deriva a forma de um esboço de programa de pesquisa teórica que ponho no texto "Geografia e Praxis: Algumas questões, texto da coletânea "Geografia e Sociedade", número monográfico da revista Vozes (n.º 4, asno 74, maio de 1980), escrito em 1979 a partir de debate sobre a questão da relação Geografia-Realidade, promovido pela UPEGE, gravado e publicado em Território Livre, n.º 2, UPEGE, 1979.

11. Este texto é o núcleo teórico de "A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais", junto a "O Pensamento de Lenine", Moraes Editora, 1969, também de Lefebvre.

12. São eles: "El Derecho a La Ciudad", "Espacio y Política (El Derecho a La Ciudad - II)" e "De Lo Rural a Lo Urbano", todos de Ediciones Península, Barcelona, respectivamente datados de 1969, 1976 e 1971, todos coletâneas, e, ainda, o clássico "O Pensamento Marxista e a Cidade", edição portuguesa da Ulisséia, sem data (a edição francesa é de 1972). Seu livro "La Production de L'Espace", éditions Anthropos, Paris, 1974, só é conhecido mais tarde.

13. A respeito dessas revistas e sua presença no movimento da renovação da Geografia ver a resenha de Milton Santos "Sobre Geografia Nova, Nos Periódicos", publicada no número monográfico "Geografia e Sociedade: Os Novos Rumos do Pensamento Geográfico Brasileiro" da revista vozes, citado.

14. A "New Geography" pauta-se por completa dissolução do conteúdo e deixa as formas "ocas" para veiculação daquele que se queira passar. Veja suas características em "Da Nova Geografia à Geografia Nova", de Lobato, citado.

15. Veja "De Quem é o Pedaco", Editora Hucitec, 1986, coletânea de textos desse período de renovação,

voltados para a problemática do contato da Geografia com a Filosofia. A presença de Lukács será posteriormente substituída pelo deslocamento que levará o autor do marxismo para o campo da fenomenologia, alguns desses textos já prenunciando esta passagem.

16. A contribuição de Quaini para a refundição da Geografia no marxismo é a de elaboração mais fundada. Em seus dois livros respira-se uma cultura marxista de domínio familiar não encontrada nos demais autores que igualmente trazem sua contribuição, como David Harvey, um autor com muitos e sérios equívocos.

17. Veja sua indignada crítica em "Novos Rumos da Geografia Brasileira", na coletânea de mesmo nome que coordenou para a Editora Hucitec, em 1982.

18. É o caso de "O Que é Geografia" (toda metade a partir da página 71), que além do "Marxismo e Geografia" de Quaini incorpora ainda "El Concepto de Naturaleza en Marx", de Alfred Schmidt, Siglo Veintiuno, 1976 (a edição alemã é de 1962), e "El Pensamiento filosófico de Engels - Naturaleza y Sociedad en la Perspectiva Teórica Marxista", de Giuseppe Prestipino, Siglo Veintiuno, 1977 (a edição italiana é de 1973), e de "Paixão

19. Estranhamente, não se pode apontar um "geógrafo físico" entre os "renovadores", não deixando isto de mostrar a que ponto encontra-se a "Geografia Física" distanciada da própria evolução geral em curso no mundo das ciências da natureza, quando se vê que nelas é intenso o debate criado pela reformulação do conceito de natureza com que trabalham e que este reboleço parte dos próprios cientistas naturais, biólogos e físicos sobretudo, que então se deslocam do seu campo fechado para o campo aberto da história das idéias, único de onde se pode fazer o processo da crítica.

20. No fundo, o "projeto unitário" estará sendo secundário pelo "projeto" da "Geografia Crítica", rótulo com que se pretende fundar uma "escola" de Geografia identificada com departamentos

universitários desejosos de se investirem da legitimidade de centro nevrálgico da geografia brasileira, tornando o verdadeiro projeto.

21. Veja-se sua auto-crítica "O Espaço Como Ser: Uma Auto-Avaliação Crítica" e o texto "Em Busca da Ontologia do Espaço", de Antonio Carlos Robert Moraes, ambos publicados na coletânea "Geografia: Teoria e Crítica - O Saber Posto em Questão", Editora Vozes, 1982 (o texto de Moraes foi publicado originalmente na revista Território Livre nº 1, da UPEGE, 1979, e o texto de Armando, até então inédito, deve datar também de 1979).

22. A revalorização atual da Geopolítica é um desses equívocos que só a crise da renovação, em que cai o próprio Lacoste, pode explicar, já que ela é própria de quem não alcançou as implicações teóricas do novo conceito de espaço introduzido pela descoberta de sua historicidade. A idéia da Geopolítica remete à da prática estatal-militar da política mediada pelo espaço. Ora, tudo que existe no mundo implica uma prática mediada pelo espaço, e não apenas a prática política. No entanto, a ninguém ocorreu a idéia de criar uma Geoeconomia, designativa de uma prática econômica mediada pelo espaço, uma Geoideologia, designada de uma prática ideológica mediada pelo espaço, ou uma Geocultura, designada de uma prática cultural mediada pelo espaço. Ocorreu apenas com relação à prática política. Por quê? Este renascimento, grassando à sombra da crise de radicalidade da renovação da Geografia, serve para a reflexão sobre a necessidade do debate reavaliativo das marchas e contra-marchas do processo. E, então, restabelecendo a integralidade do lugar do espaço na dinâmica histórica das sociedades, em tudo que isto implique de mediação, checar pela investigação empírica como esta mediação se dá em cada contexto de realidade concreta.

23. Este modo de conceber a relação espaço-tempo refaz o entendimento da relação Geografia-História, no passado ora confundida com história do povoamento (que o geógrafo Horieste Gomes acertadamente critica quando diz que: "retornar "simplesmente" ao passado não

significa que utilizamos a história como valor analítico", no seu texto "Reflexões Sobre a Dialética", Boletim Goiano de Geografia, número 1-2, 1983) e ora com intercâmbio de respectivos conteúdos.

24. Esta é uma comparação que exige urgente aprofundamento. Dificulta-a nossa quase completa indigência bibliográfica dos clássicos. Lamentavelmente, as gerações mais antigas, que dispuseram de tudo que se imagine necessário para legar um amplo acervo bibliográfico dos clássicos internacionais traduzidos em língua nacional, ponto de partida para sedimentar-se cultural e eruditamente um saber num país, nada estão deixando neste sentido. Pode-se medir a qualidade intelectual de uma geração e seu grau de envolvimento e compromisso com a construção de uma ciência pelo acervo que leva de livros que escreveu e de obras mundiais fundamentais que traduziu. A única obra dedicada traduzida é o segundo livro de Richard Hartshorne "Propósitos e Natureza da Geografia", tradução de Thomaz Newlands Neto, com prefácio de Fábio de Macedo Soares Guimarães, editado em 1969 pelo IPGH, que posteriormente é reeditado, agora com o título "Questões Sobre a Natureza da Geografia" e prefácio de Armando Correa da Silva, publicado pela Hucitec em 1978.

junho-julho/88

(Redigido inicialmente para apresentação no 7º ENG)